

## A MEMÓRIA COMO OBJETO DE (RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO: UM DEBATE TEÓRICO

### THE MEMORY AS AN OBJECT OF (RE) CONSTRUCTION OF THE PAST: A THEORETICAL DEBATE

Viviane Pedrazani<sup>114</sup>

**Resumo:** A memória se configura como um campo dentro das ciências humanas marcado por intensas discussões. O presente artigo tem como objetivo compreender a memória em seu percurso como fenômeno histórico particular e eixo de organização social compartilhado pelas sociedades ocidentais modernas, buscando subsídio enquanto ferramenta conceitual e teórica. Aborda-se, num primeiro momento, como a memória passou a ser investigada pela ciência histórica, sobretudo na relação dialética, embora distinta, entre memória e história, com destaque para grandes historiadores na linha de frente, tais como Jacques Le Goff e Pierre Nora, dentre outros. Segue-se a exposição de como diversos pensadores têm partilhado de uma expressão comum quando tratam de memória, a saber, referimo-nos à expressão memória coletiva, cunhada pelo sociólogo Maurice Halbwachs na clássica obra *A Memória Coletiva*. Com base nesse eixo norteador, amplia-se a discussão de como o Estado Nacional se apropriou do campo da memória com o objetivo de formação/consolidação de nações e nacionalidades, em diferentes continentes, com naturezas históricas distintas, desempenhando papel fundamental na formação e coesão de uma identidade própria desses novos estados. E, por fim, traz-se à tona o papel da memória na reafirmação das minorias, dos marginalizados e dos excluídos, bem como de grupos localizados em esferas “diminutas”, cuja importância dar-se em contextos local ou regional.

**Palavras-chave:** Memória, História, Teoria

Abstract: The memory is a field within the human sciences marked by intense discussions. The purpose of this article is to understand memory in its course as a peculiar historical phenomenon and axis of social organization shared by modern Western societies, seeking subsidy as a conceptual and theoretical tool. Firstly, it is addressed how memory has been investigated by historical science, in particular the dialectical relation, though distinct, between memory and history, especially great historians on the front lines, such as Jacques Le Goff and Pierre Nora, among others. Then it is exposed how different thinkers have shared a common expression when dealing with memory, that is, we refer to the expression collective memory, coined by the sociologist Maurice Halbwachs in the classic work *The Collective Memory*. Based on this guiding axis, we amplify the discussion of how the National State took possession of the memory field with the objective of formation/consolidation of nations and nationalities, in different continents, with distinct historical natures, playing a fundamental role in the formation and cohesion of an individual identity of these new states. And finally, the role of memory in the

---

<sup>114</sup> Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí.

reassertion of minorities, the marginalized and the excluded, as well as groups located in "small" spheres, whose importance is given in local or regional contexts, is brought to the scene.

Keywords: Memory, History, Theory

Em 1944, foi publicado pela primeira vez o conto *Funes, o Memorioso* (Funes, El Memorioso), de Jorge Luís Borges. O conto narra a história de Ireneo Funes, sujeito dotado de uma memória fantástica capaz de descrever com detalhes todos os brotos, cachos e frutas que se encontravam em uma parreira ou as nuvens austrais de trinta de abril de 1882, comparando-as às dobras de um livro em pasta espanhola que só havia olhado uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro (BORGES, 1979). O exemplo de Funes nos remete ao fato da memória ser um dos elementos mais instigantes inerentes à capacidade humana.

A faísca que desencadeia o rememorar pode acontecer pelo contato com um aroma/odor, um sabor, uma imagem, um cenário, um lugar, um som, um acontecimento - que às vezes, como um fecho de luz, rapidamente perpassa os olhos e, sem sabermos o porquê, nos faz voltar a um momento que não nos é claro de maneira imediata, mas que nossa memória nutre e reconstrói. Na obra *Em busca do tempo perdido*, o francês Marcel Proust escreve poeticamente sobre a memória, destacando que, quando nada subsistir de um passado antigo, após a morte dos seres, depois da destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o aroma e o sabor conservar-se ainda por muito tempo, como almas, chamando-se, ouvindo, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, levando sem se submeterem, sobre suas gotículas quase impalpáveis, o colossal edifício das recordações (PROUST, 2006). Em cada um de nós vive uma memória cheia de meandros e emaranhados, repleta de significado próprio. A memória tem, sem dúvida, muitas feições.

Cada sujeito porta uma memória que o acompanha ao longo de sua vida, ou seja, possui uma dada consciência do seu passado. A memória, entretanto, não pode preservar todo o passado. Seria humanamente impossível existir em estado permanente de rememoração, caso contrário, viveríamos as mesmas angústias de Funes, o Memorioso, que guardava tudo em sua memória - experiência que, não raro, consumia-lhe dias completos para lembrar dias de outrora.

No curso normal de uma vida, nossa mente seleciona as lembranças e jaz grande parte de nossas vivências. As lacunas de esquecimentos e silêncios são tão significativas quanto as lembranças latentes. De acordo com Lowenthal, “para que a memória faça sentido devemos esquecer quase tudo que vimos. [...] As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem ao caos”

(1998, págs. 94 e 95). Na narrativa do texto de Jorge Luís Borges, afirma-se que pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. Eis a lição que Borges passa ao leitor de seu conto e que serve como reflexão ao historiador. A memória fantástica de Ireneo Funes, diferente do que se imagina à primeira vista, não fazia dele um historiador genial; suas memórias não eram reelaboradas e sim duplicadas incessantemente, conectadas permanentemente ao passado, não permitindo assim que ele ganhasse a devida distância para produzir reflexões, análises e problematizações acerca do tempo pretérito. De fato, isso o debilitava enquanto historiador, uma vez que não há reflexão sem amnésia. Borges, nesse momento, impulsiona o leitor mais atento a perceber de maneira muito sutil a controversa relação memória/história.

Para a (re) construção de processos sociais atinentes à interpretação do passado, história e memória são pensadas como ferramentas analíticas. Essa emaranhada relação e função tem gerado amplo debate teórico que atravessa várias gerações de historiadores, pois abarca os objetivos e embasamentos do trabalho histórico.

Há um consenso entre aqueles que têm a memória por objeto de análise que a dinâmica que a envolve é complexa e, portanto, ela não deve ser vista meramente como uma capacidade mnemônica, de valor dúbio para as ciências humanas. A memória é produto do social e do cultural, ancorada em referenciais do passado e do presente simultaneamente. Em Cícero, citado por Coelho (1999), memória remete tanto ao sentido de antiguidade (na expressão *omnis memória*) quanto ao tempo atual (*nostra memoria*). No limite, não há um tempo presente que não se relacione com (ou integre) um tempo passado e vice e versa. A memória participa da natureza do imaginário como conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. Assim, a memória não é uma faculdade passiva, mas um princípio de organização – e de organização do todo, frequentemente a partir de um pequeno fragmento do vivido (COELHO, 1999).

Ao longo do tempo, o tema memória vem sendo transformado em um campo tenso de discussões – literalmente um campo de batalha. *Primeiro*, a partir do momento em que passou a ser investigado pela ciência histórica; nesse caso, o cerne do debate compreende justamente a relação dialética, embora distinta, entre memória e história, com destaque para grandes historiadores na linha de frente, tais como Jacques Le Goff e Pierre Nora. *Segundo*, quando utilizado pelo Estado Nacional em (re) construção, apoiado na ideia de modernidade, posto a prática executada por elites que historicamente se sustentam em elementos como progresso, civilização e nação com o intuito de assistirem seus interesses de classe ganharem dimensão nacional a partir do consórcio com os Estados (desempenhando papel fundamental na formação e coesão de uma identidade própria desses novos estados). *Terceiro*, quanto para formação e

reafirmação das minorias, marginalizados e excluídos, bem como de grupos localizados em esferas “diminutas”, cuja importância dar-se em contextos local ou regional.

*A priori*, diligenciamos compreender a memória em seu percurso como fenômeno histórico particular e eixo de organização social compartilhado pelas sociedades ocidentais modernas, buscando subsídio enquanto ferramenta conceitual e teórica.

Na clássica obra *História e Memória*, Jacques Le Goff (1994) demonstra que a memória passou por processos de mudanças no curso do tempo, resultando na sua distinção em relação à história. Para ele, primeiramente é necessário observar as diferenças entre as sociedades de memória fundamentalmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, assim como as fases de transição da oralidade à escrita, em uma “domesticação” do pensamento selvagem.

Le Goff (1994) retrata cinco fases desse processo transitório: a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-História à Antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e os desenvolvimentos atuais da memória. Não nos interessa aqui esmiuçar cada uma dessas fases, mas sim a indicação do autor quanto à diferenciação entre memória e história, que para ele tem marco fundante nas mudanças ocorridas na instituição do poder monárquico na antiguidade.

A memória, segundo Le Goff (1994), passou a ter um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas rudimentares da historiografia. Com a Renascença, dilata-se enormemente a memória coletiva. Fato relacionado à “revolução” da imprensa. Até então, boa parte dos conhecimentos acumulados de um número expressivo de gerações estava imersa nas práticas orais. Com o impresso, o leitor não é apenas posto em presença de uma memória coletiva abissal, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas também é frequentemente colocado em situação de explorar novos textos. Com a transmissão escrita em escala ampliada, palavra por palavra, assiste-se a uma exteriorização progressiva da memória individual. Exemplo disso são os dicionários, considerados por Le Goff (1994) como uma forma muito evoluída de memória exterior. A externalização do conhecimento através do arcabouço de um conjunto de memórias de caráter técnico, científico e intelectual cada vez mais rico, que definitivamente se sobrepõe à transmissão oral, principalmente nos séculos XVIII e XIX, servirá aos processos legitimadores de cientificidade das ciências humanas nascentes.

A memória escrita incorpora a cientificidade e se afasta de maneira contundente, de acordo com os princípios racionais do Iluminismo, de todo e qualquer conhecimento fundamentado na superstição e em credulidades. Das ciências emana a única e verdadeira forma

de conhecimento, assentada em métodos e técnicas precisas. A memória transmitida através da oralidade e carregada de subjetividade passa a ser vista com desconfiança, pois produz verdades de caráter duvidoso para a produção do conhecimento científico. Esse processo persistiu no século XIX, momento da institucionalização da História como ciência, e implicou na determinação daquilo que obrigatoriamente seria modelo de fonte: os documentos escritos. As fontes escritas são eleitas como confiáveis e objetivas, capazes de explicar mais precisamente os fenômenos históricos.

O arquétipo de História metódica, factual e glorificante de determinados eventos e vultos perseverou até o início do século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, quando eclodem transformações na historiografia mundial, notadamente a francesa, com a criação da Escola dos *Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os novos modelos explicativos buscavam soluções intermediárias para a abordagem das demandas mais urgentes da sociedade humana, suscitando que setores até então marginalizados, como mulheres, negros, indígenas, sujeitos sociais do universo rural e urbano periférico, por exemplo, pudessem ser isonomicamente valorizados dentro da historiografia com paradigmas explicativos alternativos. Tais mudanças na historiografia mundial – principiadas desde os *Annales* - conduziram, segundo Chartier (2004), a novas contiguidades que forçam os historiadores a ler de modo menos diretamente documental os textos ou as imagens, de modo a compreender nos seus significados simbólicos os comportamentos individuais ou os ritos coletivos.

Em *Memória e identidade: perspectiva para a história*, Astor Antônio Diehl (2002) discute como a memória converteu-se em fonte para os historiadores. Ele ressalva que isso se deu, sobretudo, pela relação presente-passado-presente que caracteriza a memória. Essa capacidade tridimensional é apropriada pelo historiador como fonte imprescindível para a ciência histórica.

Nas novas perspectivas historiográficas, ligadas a novas formas de entendimento temporal, os fatos históricos não são mais estabelecidos em uma linha de tempo de lógica cronológica e passam a ser problematizados a cargo de uma conjuntura mais dilatada de rupturas e alterações socioculturais. A partir dessa cisão, a memória se tornou objeto de apreciação dos historiadores, uma vez que seu entendimento só é pleno na longa duração, ou seja, quando conectada a processos históricos mais amplos.

Basicamente, podemos dizer, olhando para os argumentos de Le Goff postos anteriormente, mas destacando também Pierre Nora, Michael Pollak e tantos outros, que a memória é um conceito, um fenômeno social construído, enquanto a história é uma disciplina com métodos, técnicas e arcabouço teórico. Muito se tem ventilado a propósito das linhas

divisórias que separam uma da outra. Para Pierre Nora (1993), a dessemelhança entre um campo e outro está, pois, no fato de que a memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome ela está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sofrendo sucessivas deformações, à mercê de usos e manipulações, susceptível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é reconstrução incerta e imperfeita daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno atual, ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é extremosa e mágica, a memória se ajusta às minúcias que a moldam; ela se sustenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção, a memória se aprofunda no real, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história não se relaciona a não ser nas continuidades temporais, nas evoluções e relação de coisas. A memória é um irrestrito, a história não conhece mais do que o relativo. A história centra-se em recriminar a memória espontânea. A memória é sempre suspeita à história, tendo esta por mote aniquilá-la e repulsá-la. Na perspectiva das sociedades de história, nos contornos de um mundo inteiramente historicizado, haveria a derradeira e categórica dessacralização da memória. O movimento e a ambição da história não seria a consagração daquilo que já passou, mas, indubitavelmente, o de sua nulificação (NORA, 1993).

Se Nora vê como problemática a relação entre memória e história, outros teóricos pensam diferente acerca da questão. Alistair Thonson, Michael Frisch e Paula Hamilton (2001), em artigo conjunto intitulado *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*, explicitam que os historiadores, ao instituírem a memória ao mesmo tempo como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder constituído e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, fizeram muito mais do que meramente congregar a memória ao seu conjunto de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido compreendida, em todos os seus contornos e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada.

Para Henri Rousso (2001), a dicotomia entre história e memória está um tanto quanto ultrapassada. Primeiro porque é consenso atualmente (ou se espera que seja) que contrapor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância, sua pretensa cientificidade, e de outro as reconstruções múltiplas perpetradas pelos indivíduos ou grupos, faz tão pouco sentido quanto opor o “mito” à “realidade”.

Os pensadores até aqui citados, assim como outros nomes, têm partilhado de uma expressão comum quando tratam de memória. Referimo-nos à expressão memória coletiva. De

acordo com Lowenthal (1998), o passado lembrado é tanto individual quanto coletivo. As experiências recordadas são primeiramente as de cunho pessoal, pois são próprias de cada sujeito; entretanto, nossas lembranças não se encerram em si mesmas, elas são continuamente contempladas pelas reminiscências dos outros, em uma conexão com o passado mais abrangente, associando passado pessoal à memória coletiva e à história pública.

Jean Duvignaud, em prefácio à *A memória coletiva*, clássica obra do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), dizia, dialogando com as ideias do autor, que a memória individual existe, mas que a rememoração pessoal encontra-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. As formulações teóricas de Halbwachs, evidenciadas por Duvignaud, destacam ser a memória um fenômeno essencialmente social, construída por um sujeito dotado de uma memória que interage com outros sujeitos. Daí a célebre expressão “memória coletiva”, cunhada por Halbwachs. De acordo com o sociólogo e pensador Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva é aquela que envolve as memórias individuais. Entretanto, não se confunde com elas, permanece amparada em uma história vivida por indivíduos no grupo ou nos grupos sociais em que se encontre. As memórias individuais, ao embrenharem nas memórias coletivas, passam por transformações, pois são recolocadas em um conjunto mais amplo. Assim, a memória coletiva, para continuar a viver, precisaria ser reconstruída em um fundamento comum e concordar inflexivelmente com a memória dos demais indivíduos, com apoio nos pontos de contato entre uma e outras. A abdução ou o desacordo entre esses pontos comuns ocasionam, por sua vez, os esquecimentos. A memória coletiva, desse modo, seguiria um fluxo de pensamento que armazenaria do passado apenas aquilo que continua latente na consciência do grupo, ou seja, na memória coletiva.

Completando esse sentido, para Henry Rousso,

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de um fato, uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional. Portanto toda memória é por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. (2001, p.94-95).

Michael Pollak, nos artigos *Memória, esquecimento e silêncio*, de 1989, e em *Memória e identidade social*, datado de 1992, evidencia que Maurice Halbwachs, em sua análise da memória coletiva, enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade. Entre eles, figurariam os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas, as personagens históricas, as tradições, os

costumes, as regras de interação, o folclore, a música, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana<sup>115</sup>, que versa abordar fatos sociais como coisas, torna-se crível adotar esses diversos pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória que, além disso, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989).

Maurice Halbwachs e Émile Durkheim são referenciados por Pollak porque assinalaram para a força de coesão social que a memória de um grupo cumpre sobre ele. Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Do mesmo modo, Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma característica de dominação ou violência simbólica, exacerba as funções positivas exercidas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo – de onde provém o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais acabada de uma memória coletiva (POLLAK, 1989).

Ainda que as considerações de Durkheim e Halbwachs tenham sido fundamentais, Pollak (1989), sob uma perspectiva construtivista, acredita que não é mais questão de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são concretizados e dotados de duração e estabilidade. Justaposta à memória coletiva, essa abordagem terá por mote os processos e atores que interferem no trabalho de composição e de formalização das memórias coletivas. O juízo da nação como forma mais completa da memória coletiva é substituído pela função destruidora e opressora que a memória coletiva nacional possui. Pollak observa que reside aí a problemática da “memória coletiva” construída por Halbwachs, ressaltando que este sociólogo não “enxerga” a imposição, violência e dominação simbólica que existe nesse tipo de memória (1989).

---

<sup>115</sup> Émile Durkheim, sociólogo francês, em *As Regras do Método Sociológico* define que os **fatos sociais** devem ser tratados como **coisas**, atribuindo-lhes três características: a primeira seria a coerção social, sendo a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, obrigando-os a conformarem-se às regras impostas pela sociedade em que vivem, não havendo, contudo, a vontade ou escolha dos indivíduos; a segunda característica dos fatos sociais é que eles existem e atuam sobre os indivíduos, cuja vontade própria independe da vontade ou adesão consciente, sendo denominada como exterior aos indivíduos; a terceira característica é a generalidade. Os fatos sociais se manifestam através da natureza coletiva ou um estado comum ao grupo (DURKHEIM, 1966).



Para Pollak, os fatores de disputa e negociação da memória devem ser ressaltados em detrimento dos de continuidade, fazendo aflorar as *memórias subterrâneas*, aquelas que foram reprimidas e subjogadas no enquadramento da memória nacional. Em contraposição, Pollak observa que a perspectiva que baliza os trabalhos recentes sobre memória acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva (1989).

A memória, não há como negar, compõe-se em um instrumento valioso de disputa ideológica. Le Goff esclarece que a memória coletiva foi posta em jogo de maneira contundente na batalha das forças sociais pelo poder. Ser senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1994). Sentido completado por Diehl (2002), quando expõe que a memória, por suas características coletivas, assume funções de controle político ideológico. As escolhas e rearranjos para a fixação da memória não são aleatórios, tampouco desprovidos de objetivos, e estão relacionados diretamente com o momento histórico e, principalmente, pela força daqueles que estão no poder ou adquiriram trânsito entre as instituições determinantes de memória.

Como objeto de reconstrução do passado nacional, a memória vem sendo valorizada e utilizada desde os fins do século XVIII na formação/consolidação de nações e nacionalidades, em diferentes continentes, com naturezas históricas distintas. Por isso, Halbwachs (1877-1945), relativamente “contemporâneo” a esses projetos nacionalistas, sobretudo aos que correspondem ao século XIX, entende a nação como a forma mais acabada de um grupo e, portanto, da memória coletiva.

A sistematização da memória nacional será amparada pelos diferentes campos do conhecimento no momento em que as ciências sociais, dentre elas a História, insurgem como verdades competentes de explicação da condição e da diversidade humana, e, com a mesma significância, ampararam previsões e projetos que apontavam o futuro. O movimento científico é destinado a fornecer à memória coletiva das nações os “monumentos de lembrança”.

Pierre Nora (1993), no artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, verifica que o advento de uma história elaborada para o incremento da consciência nacional foi próprio dos historiadores franceses novecentistas. O presente, permeado pelos argumentos nacionalistas, só poderia fazer sentido à luz dos acontecimentos passados. A memória era apresentada como uma espécie de heroína, pois ela congregava o espírito nacional, aglutinando o disperso, promovendo, através de alguns símbolos, a amenização das contestações e estabilizando o tecido social. Preocupação corrente entre aqueles à frente dos Estados-Nações.

A utilização da memória coletiva para fins legitimadores se presta como a derradeira representante de uma história-memória. Para o historiador francês, tal fato ocorre porque a sociedade se sobrepôs ao lugar e espaço ocupados anteriormente pela nação, onde a legitimação pelo passado, ou seja, pela história, deu parte à legitimação pelo futuro. Se antes a nação travava batalhas pela sua sobrevivência, agora ela é um fato. Paralelo, a história conquistou *status* de ciência, enquanto a memória transformou-se em elemento da esfera privada. A nação-memória terá sido, segundo Nora, a última encarnação da história-memória (1993).

A partir desses argumentos, entende-se que a memória perdeu por várias frentes sua condição de cimento aglutinador, fragmentando-se naquilo que Pierre Nora chamou de *lugares de memória*. A paulatina deterioração da memória seria reflexo direto da complexidade da própria história enquanto ciência, ou seja, do desenvolvimento historiográfico. Nesse aspecto, é parte importante desse processo a aceleração da história, como identifica Nora, uma vez que o passado se torna cada vez mais escoado frente ao juízo do eterno presente. Para ele, nos distanciamos cada vez mais da memória verdadeira, social, intocada, aquelas cujas sociedades consideradas primitivas, ou arcaicas, conceberam o arquétipo e conservaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque seduzidas pela transformação. Entre uma memória agregada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente à herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das raízes e do mito – e nossa, que só é história, resquício, vereda. Distância que se aprofundou a partir dos tempos modernos e que hoje atinge um ponto convulsivo. Se a memória se desmancha em crescida velocidade, na mesma proporção os vestígios do passado (*lugares de memória*) são resguardados na imperiosa tarefa de conter o efeito arrasador e desintegrador de nosso tempo atual (NORA, 1993).

Os *lugares de memória* sintetizariam o anseio de retorno aos ritos que definem os grupos, pois há um sentimento de que não existe mais memória espontânea, que é necessário criar museus, arquivos, coleções, cemitérios, monumentos, santuários, associações, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas. Operações não naturais, testemunhas de outrora, ilusões de eternidade, nostalgia desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais, rituais de uma sociedade sem ritual (NORA, 1993). Ressalta ainda Nora que é por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados e que leva a incandescência à verdade de todos os *lugares de memória* (1993).

No discurso nacionalista de outrora e em voga, o passado é o elemento de integração. Este recurso ao passado para a elaboração de algo que determinamos como uma memória para uma coletividade, como é o caso da memória da nação, sofreu escolhas, apresentadas através de narrativas, rituais de comemoração, eleição de objetos, monumentos, folclore, etc., que constituem a presença viva do passado no presente. Mas, como nos lembra Le Goff (1994), o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha de fragmentos feita pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade e pelos profissionais científicos da memória: historiadores, antropólogos, sociólogos, jornalistas, entre outros. Estes atores profissionalizados - os mediadores ou “empresários da memória” - são responsáveis pelo que Pollak (1989) chama de enquadramento da memória. Os enquadreadores procuram firmemente reiterar as certezas contraídas, fixar, cristalizar ou ajustar a tradição contra o efeito perturbador e desafiador do acaso e do inesperado. Pelo seu trabalho, os mediadores da memória procuram minar o pensar de alternativas, laquear o campo celebratório. Na concretização das memórias, é fundamental a possibilidade de simbolização e da reprodução ritualística.

Os que exercem poder sobre as sociedades e disputam o passado e os domínios da memória fazem dela um instrumento político, um artifício amalgamador de relações sociais e identidades. Para isso, necessitam de um intenso e constante trabalho de reinterpretação do passado que, segundo Pollak (1989), é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos, pois o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade<sup>116</sup> individual e do grupo. De acordo ainda com o autor,

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (1989).

Para Diehl (2002), o processo de conscientização da experiência presente, por meio da rememoração, configura-se como fator principal da contemporaneidade daquilo que podemos

---

<sup>116</sup> Posta desde o século XVIII em discussão, o tema identidade se tornou corrente na literatura mundial. Atualmente, devido ao processo de globalização e no que ele implica na construção das identidades, os debates acerca da questão só aumentaram. Sobre as implicações da identidade no presente, destacamos a obra de Stuart Hall intitulada *A identidade cultural na pós-modernidade* (2000).

chamar de “identidade”. Lowenthal (1998) diz que lembrar o passado é essencial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa perenidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais desiguais que tenhamos nos tornado. Sintetizamos a identidade não apenas ao evocar um conjunto de reminiscências, mas sim ao sermos envolvidos em uma teia de retrospectiva unificadora. Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para amparar identidades associativas duradouras.

Pollak (1989) argumenta que, quando vemos esses pontos de referência de um tempo longínquo, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de maneira que certos elementos são aos poucos integrados em um fundo cultural comum a toda a humanidade.

O ato de recordar produz sentido e significação pela ressubjetivação do sujeito e pela re-poetização do passado, produzindo uma nova estética. Esta será a forma compensadora daqueles elementos culturais do passado que não são possíveis de reconstituição pela memorização, pois a ação do tempo é forte demais. Segundo Diehl, isso explica que a identidade e os processos de identificação e identitários conseguem somente ressubjetivar e re-poetizar elementos e sentidos culturais para grupos e, de maneira nenhuma, para toda a sociedade. Se isto ocorre, diz Diehl, a identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional (2002).

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2000) observou como a cultura nacional atua como fonte de significados culturais – por meio de instituições culturais –, um foco de identificação e um sistema de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e prepara tanto nossas ações quanto a compreensão que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao lançar sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas.

Em oposição ao pensamento de que as culturas nacionais são coletivos unificados sem sentido, Hall nos fala que deveríamos refleti-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são abarcadas por densas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” somente por meio do exercício de distintas formas de poder cultural. Uma dessas formas tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo do qual nos valem para referirmos às características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” - que são

partilhadas por um povo. É tentador, portanto, arriscar utilizar a etnia dessa forma "fundacional". Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito, pois as nações modernas são, todas, híbridos culturais (HALL, 2000).

Ao findar seus argumentos, Stuart Hall defende que as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão libertas do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. De tal modo, deve-se compreender bem a maneira pela qual as culturas nacionais colaboram para "costurar" as diferenças em uma única identidade (2000).

Se, como apresenta Bourdieu (1998), as unidades sociais primárias, as localidades, as regiões e as nações não são entidades fixas e homogêneas, mas sujeitas à história, à heterogeneidade cultural, às lutas sociais, econômicas, políticas e simbólicas entre as classes e frações de classe e ao papel da hegemonia na construção de uniformidades, temos hoje, por uma série de fatores, um novo ponto de vista para a memória e a identidade. A perspectiva nacionalista não foi posta de lado, entretanto, fenômenos como o da globalização, da democratização, levando em conta a área cultural, e os apontamentos da produção historiográfica mundial vêm possibilitando a emergência de novos sujeitos, antes excluídos dos processos de constituição de memórias e identidades. Como resultado desses fatores, é possível elencar: o ressurgimento dos grupos étnicos; o aparecimento e consolidação de movimentos sociais de diversas ordens; o aparelhamento e luta das minorias oprimidas; o fortalecimento dos fundamentalismos de diferentes vertentes; a dissolução das fronteiras; a reconfiguração e reativação dos sentimentos de identidade; e a reinvenção e reorganização do passado.

Nesse sentido, Michael Pollak (1989) observa que, a transmissão das memórias - antes reprimidas no enquadramento da memória nacional, chamadas por ele de subterrâneas, clandestinas e inaudíveis - permanece intacta até o momento em que as memórias possam invadir o espaço público e passar do "não dito" à contestação e à reivindicação. O empecilho para a legitimidade de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de um intenso trabalho de organização do passado.

As *memórias subterrâneas, clandestinas e inaudíveis* são reveladoras da cultura, do cotidiano ou mesmo do passado das diversas sociedades. Quando buscadas e descortinadas, descobrimos o quão essas memórias estiveram ocultas em face da produção seletiva da "memória nacional" em diferentes espaços e tempos. Entretanto, é certo que ao longo do século XX elas foram aparecendo na cena das políticas culturais, nas academias, revalorizadas e reapropriadas por distintos grupos. Enfim, rompeu-se o invólucro, emergindo, retomando Pollak (1989), as memórias subterrâneas dos excluídos, dos marginalizados e das minorias. O

passado, por meio dessas memórias emergentes, “clandestinas”, é ressignificado. Muito do que antes estava no esquecimento, ou seja, que não foi enquadrado na memória oficial, vem recebendo novo tratamento em razão das novas perspectivas historiográficas, sendo valorizado e incorporado aos cenários locais, regionais e nacionais.

### **Referências Bibliográficas**

- BORGES, Jorge Luís. *Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 1998.
- CHARTIER, Roger. A 'nova' história cultural existe? Cultura. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XVIII, II Série, 2004, p. 9-22.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- DIEHL, Astor Antônio. Memória e Identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Usos e Memórias* (política, educação e identidade). Passo Fundo: UPF, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1966.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 98, 1998, 63-201.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, Puc/Sp Projeto História, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dezembro de 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Fundação Getúlio Vargas, p. 204.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Na segunda metade dos anos cinqüenta. 4 ed. Rio de janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 93-104.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Na segunda metade dos anos cinqüenta. 4 ed. Rio de janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 65-92.